

Pioneira na educação legislativa no Brasil, a Escola da ALMG comemora três décadas de existência em 2022. É com orgulho que a 41ª edição dos *Cadernos* celebra essa história. Este volume contempla estudos sobre a função educativa do Parlamento – que abrange tanto a formação de um corpo profissional qualificado para assessorar os diversos órgãos das instituições legislativas quanto a formação para valores democráticos da sociedade em geral. Os estudos em educação legislativa aqui apresentados mostram as possibilidades da área, seja por meio do papel das escolas legislativas municipais, seja pela análise de práticas do processo legislativo, por exemplo.

Abrimos a edição com uma entrevista com Rildo Cosson, servidor aposentado do Centro de Formação (Cefor) da Câmara dos Deputados, onde foi professor do programa de pós-graduação, e pesquisador do Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita (Ceale) da UFMG. Entrevistado por Guilherme Wagner Ribeiro, professor da ELE/ALMG, Cosson é autor da obra *Escolas do Legislativo, escolas de democracia* (2008), publicação de referência no campo de reflexão sobre a educação legislativa. Ele discorre sobre temas relativos à educação política e destaca alguns desafios. Entre eles, a necessidade de que as escolas legislativas se reconheçam como integrantes de um sistema, cujo bom funcionamento requer o diálogo entre as partes (nos âmbitos federal, estadual e municipal) e a atuação em três importantes frentes – capacitação técnica, formação/letramento político e educação para a cidadania. O letramento, aliás, é uma noção central na fala de Cosson, que o define como a apropriação da política por meio de conhecimentos, práticas e valores que se desenvolvem na vida em comunidade, tratando-se, portanto, de um processo imprescindível para o aprimoramento da democracia. Não menos importante para ele é o desenvolvimento da pesquisa nas escolas do Legislativo,

como forma de sistematizar, aprofundar e difundir um saber bastante específico, construído no próprio Parlamento.

Os trabalhos selecionados para a seção de artigos explicitam alguns dos pontos abordados por Cosson em sua entrevista.

No primeiro deles, Robson Souza de Almeida e a professora Elisa Maria Andrade Brisola, ambos do Centro Universitário do Sul de Minas (UNI/MG), apresentam parte dos resultados de uma pesquisa exploratória sobre escolas do Legislativo realizada no programa de mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional dessa instituição. Foram objeto específico do estudo a constituição, o perfil e os projetos formativos das 40 escolas legalmente constituídas nas câmaras municipais da região Sul de Minas Gerais, com base no levantamento de dados e da visão de seus dirigentes ou de outros servidores. Os autores salientam o pioneirismo da ALMG na criação da ELE, que serve de modelo para todo o Legislativo no Brasil, e destacam o programa Parlamento Jovem de Minas, cuja expansão impactou significativamente o interesse de câmaras do Estado em implantarem suas próprias escolas. No entanto, observam que, em grande parte delas, há uma priorização da formação do público juvenil, em detrimento de ações de capacitação e de educação política de servidores e de outros segmentos da sociedade que interagem com o Legislativo. Também chama a atenção a existência de apenas 26 escolas atualmente ativas na região investigada, o que coloca em evidência, entre outras coisas, as dificuldades enfrentadas por essas instituições e a necessidade de fortalecimento do sistema de educação legislativa no nível municipal.

Os artigos seguintes trazem importantes contribuições para o aprimoramento do fazer legislativo, ao transformarem conhecimentos tácitos – derivados da *expertise* desenvolvida por servidores da ALMG no exercício de suas atribuições na Casa – em saberes explícitos, passíveis de análises e discussões.

Diogo Pacheco Veloso e Ivan Capdeville Júnior, ambos redatores-revisores da ALMG, analisam o gênero textual “atas sucintas de Plenário” da Assembleia Legislativa de Minas. Realizada por meio de revisão da bibliografia sobre o tema e de análise de fontes legais e documentais nos arquivos da Casa, a pesquisa baseia seu referencial teórico em

pensadores como Bakhtin, Koch e Marcuschi, entre outros. O *corpus* foi, em parte, elaborado pelos autores, o que garante aproximação com o objeto em análise. O estudo revela que as atas sucintas das reuniões de Plenário da Assembleia de Minas – embora apresentem características gerais de atas – possuem peculiaridades, constituindo um gênero textual específico e autônomo, com características formais e linguísticas recorrentes e objetivos próprios do contexto em que estão inseridas. Além da função de registro administrativo e da relevância arquivística e histórica, as atas são também formas de publicidade e transparência dos princípios norteadores do processo legislativo. Veloso e Capdeville Jr. ressaltam, no entanto, ser necessária a revisão de alguns aspectos de padronização e redação para dar maior clareza às mensagens. A eliminação de informações desnecessárias é citada como uma maneira de adequar o documento ao propósito de conter apenas um registro resumido para leitura em reunião posterior.

No artigo seguinte, Ana Lúcia Neves Pimenta Melane, mestre em Ciência da Informação e analista legislativa aposentada da ALMG, contribui para aprofundar e divulgar conhecimentos próprios do Parlamento, em coautoria com Gustavo Hermont Corrêa, doutor em Direito Público e professor do Centro Universitário Newton Paiva. Eles refletem sobre o controle preventivo de constitucionalidade de projetos de lei produzidos pela ALMG no período de setembro de 1989, quando ocorreu a promulgação da Constituição Mineira, a setembro de 2021. Utilizando-se da pesquisa empírica, o trabalho apresenta informações quantitativas obtidas nos bancos de dados oficiais da Casa, e tem como foco a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), principal responsável pela análise de constitucionalidade das proposições. O estudo se fundamenta na apresentação de conceitos como controle preventivo constitucional e controle repressivo, além de ter o Regimento Interno da ALMG como fonte importante para a análise. Melane e Corrêa consideram que o controle de constitucionalidade realizado pela ALMG tem tido efeitos positivos na proteção dos ordenamentos jurídicos: das 2.641 proposições legislativas que receberam parecer pela inconstitucionalidade no período estudado, somente 40 se transformaram em normas jurídicas. Há um aspecto, porém, que chama a atenção dos autores: para eles, o trabalho da

CCJ carece de neutralidade, pois a análise objetiva dos aspectos jurídicos muitas vezes vem permeada de interesse políticos próprios do ambiente legislativo.

Sabemos que a educação legislativa abrange uma diversidade de ações, desde atividades de capacitação e de formação política de agentes internos e externos até pesquisas e reflexões sobre a prática legislativa e projetos de extensão. Esse movimento constante de interlocução entre os parlamentos, suas escolas e a sociedade é imprescindível para o pleno desenvolvimento da função educativa do Poder Legislativo.

Importante destacar que, se por um lado as escolas têm como um de seus escopos a preparação de diversos segmentos sociais para uma atuação qualificada na esfera pública, é sobretudo no espaço do Parlamento que a aproximação entre o poder público e os cidadãos se concretiza, podendo a própria estrutura física e a localização propiciarem uma maior ou menor abertura à participação popular. É nessa perspectiva que se desenvolve o último artigo, no qual Valentina Gomes Somarriba, historiadora e socióloga, e Marcus Vinícius D’Lazzari da Silveira, estudante de Museologia, narram a história do Palácio da Inconfidência – que, há 50 anos, abriga o Parlamento mineiro –, com base em análises documentais e na experiência profissional adquirida na Gerência de Memória Institucional da ALMG. O trabalho tem grande relevância, não somente pelo seu valor histórico, mas também por mostrar como a construção de uma sede própria e definitiva para o Legislativo estadual, em 1972, após várias mudanças de local, fez com que o Palácio se tornasse um *locus* de referência para a vida política mineira, concebido e projetado para favorecer debates, manifestações políticas, sociais e culturais e outras formas de representação das demandas sociais, indispensáveis para o pleno funcionamento da democracia.

Fechamos esta edição dos *Cadernos* com a resenha do livro *Constitutional Erosion in Brazil: Progresses and Failures of a Constitutional Project*, de Emilio Peluso Neder Meyer. Escrita por David Gomes, professor da UFMG, instituição onde Meyer também trabalha, a resenha revela as qualidades dessa obra, que lança luzes sobre os desafios da vivência constitucional contemporânea no Brasil. Publicado pelo

prestigioso selo Hart Publishing, o livro possui oito capítulos, além da introdução e do epílogo. Gomes destrincha cada um deles. Os temas são variados, e o problema da ascensão autoritária no Brasil recente é que dá unidade de sentido a eles. Os dois conceitos basilares que estruturam as análises são crise constitucional e erosão constitucional, os quais, de acordo com Gomes, embasam considerações marcadas por três elementos: um enfoque institucional, um esforço comparativo e uma preocupação interdisciplinar. Gomes apresenta alguns contrapontos, menos como objeções e mais como reflexões críticas e pontes para novos diálogos. “Fechado o livro, ele permanece ativamente conosco”, nas palavras de Gomes.

Desejamos que apreciem os trabalhos apresentados.

Boa leitura!

Stefania Negri e Marialice Emboava
Editoras dos *Cadernos da Escola do Legislativo*
E-mail: nepel@almg.gov.br